

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras
de 30 de junho de 2022
com Relatório do Auditor
Independente

Randon Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ 89.108.027/0001-58

NIRE 43205277921

Relatório da Administração

Prezados,

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Randon Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Randon Consórcios foi fundada em 06 de agosto de 1987 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 1988. Prestadora de serviços financeiros, por meio da administração de consórcios, integra o braço de serviços das Empresas Randon, um dos maiores grupos privados do Brasil. Hoje, a empresa, que opera em seis segmentos de mercado, é uma das líderes de consórcios de pesados e está entre as maiores administradoras de consórcios de imóveis.

A empresa atua com a marca Racon nos segmentos de imóveis e veículos e sob a marca de parceiros de negócios, situação na qual se enquadram o Consórcio Nacional Randon, de implementos rodoviários, o Consórcio Nacional John Deere, de máquinas e equipamentos agrícolas, o Consórcio Volare, de miniônibus, o Consórcio Nacional Foton Caminhões, de caminhões leves e o Consórcio Nacional DAF, de caminhões pesados. Por meio das franquias Racon e da rede de vendas dos parceiros fabricantes, a Randon Consórcios está presente em todo o território nacional, aliando a economia, o planejamento e as demais vantagens do consórcio à aquisição de bens.

Para a Randon Consórcios, o ano de 2022 chega com a expectativa de crescimento, visto os bons números atingidos em 2021.

Dados como o aumento da taxa Selic que torna o produto consórcio mais atrativo ao mercado, somado a mais um ano de expectativa de safra recorde e a normalização do cenário pandêmico no país, deixa o consumidor mais confiante para novas aquisições. Neste contexto, a Randon Consórcios segue empenhada em manter a sua trajetória com foco na manutenção dos seus resultados sustentáveis e o cuidado com as pessoas.

A taxa de administração agregada acumulada refere-se ao valor a receber futuro, a título de taxa de administração das cotas ativas na data-base. Em 2022 a Administradora teve um incremento em relação ao comparativo com o exercício de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de reais

	2022	2021	2021
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Taxa agregada acumulada	1.061.472	788.138	959.557

A Randon Consórcios, em 30 de junho de 2022, tinha uma carteira de cotas ativas composta de 75.543 cotas, distribuídas em 133 grupos ativos, com incremento de 3% sobre total de cotas ativas em 31 de dezembro de 2021.

Em relação as cotas vendidas tivemos um aumento de 9,8% comparado com o mesmo período de 2021.

(Valores nominais)

	2022	2021	2021
	1º Semestre	1º Semestre	Exercício
Quantidade de cotas ativas	75.543	68.980	73.462
Quantidade de cotas vendidas	8.474	7.718	16.669

A Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Contrato Social da Administradora prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos ao fim do exercício, a menos que de outra forma seja acordado pelas partes. O saldo remanescente será transferido para Reserva Geral de Lucro, podendo, a critério das sócias, ser distribuído como lucros adicionais ou capitalizado.

Em 2022 foi realizado o pagamento do saldo remanescente do exercício 2021 conforme acordado em reunião de acionistas.

Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas no primeiro semestre de 2022.

Principais Indicadores

- a) Receita Bruta – resultado do 1º semestre de 2022 foi de R\$ 135 milhões, 23% maior em relação ao mesmo período de 2021;
- b) Despesas Comissão – resultado do 1º semestre de 2022 foi de R\$ 53 milhões, 33% maior observando o mesmo período de 2021;
- c) EBITDA – resultado do 1º semestre de 2022 foi de R\$ 33 milhões, redução de 3% comparado com o mesmo período de 2021, ocasionado pelo bom desempenho comercial que gerou um alto custo com comissão, a qual pagamos no curto prazo e convertemos em taxa de administração acumulada futura, ou seja, o recebimento da receita é a longo prazo.
- d) Lucro Líquido – resultado no 1º semestre de 2022 foi de R\$ 22 milhões, 4% menor comparado com o mesmo período de 2021, pelos motivos citados no item c.

Estamos à disposição dos Senhores para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente.

Joarez José Piccinini
Diretor Superintendente

Augusto Giongo Letti
Diretor

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	11
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas da
Randon Administradora de Consórcios Ltda.
Caxias do Sul - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Randon Administradora de Consórcios (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randon Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.3.c às demonstrações financeiras, a qual menciona que Resolução BCB nº 120/2021 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022 recepcionou o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. A Randon Administradora de Consórcios contratou especialistas para apurar os possíveis impactos da adoção inicial da referida norma, porém decidiu não os registrar em 30 de junho de 2022, pela existência de dúvidas na aplicação da referida norma. Como consequência, considerando os impactos estimados na adoção inicial da referida norma, os ativos e passivos totais em 30 de junho de 2022 estão subavaliados em R\$73.676 mil e R\$76.611 mil, respectivamente, e o patrimônio líquido e o lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2022 estão superavaliados em R\$2.935 mil, líquidos dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- SP-015199/F-7

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto', is written over a light grey horizontal line.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		47.083	101.249
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.840	379
Instrumentos financeiros		40.199	42.483
Títulos e valores mobiliários	8	40.199	42.483
Outros créditos		2.911	58.239
Rendas a receber		352	312
Recursos pendentes de recebimento	9	-	56.459
Outros créditos diversos	11	2.559	1.468
Outros valores e bens		133	148
Despesas antecipadas		133	148
Não circulante		45.313	45.298
Realizável a longo prazo		35.496	36.047
Ativos fiscais diferidos	22.b	15.789	16.226
Outros ativos		19.557	19.671
Pagamentos a ressarcir	12	17.518	16.645
Outros créditos diversos	11	2.039	3.026
Outros valores e bens		150	150
Outros valores e bens		150	150
Permanente		9.817	9.251
Investimentos		13	11
Imobilizado de uso	13	3.812	3.716
Depreciação acumulada	13	(1.601)	(1.399)
Intangível	13	13.917	12.440
Amortização acumulada	13	(6.324)	(5.517)
Total do ativo		92.396	146.547

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		37.164	112.080
Outras obrigações		37.164	112.080
Fornecedores		1.690	2.649
Salários e encargos		4.627	3.406
Obrigações sociais e estatutárias		2.962	5.029
Obrigações fiscais e previdenciárias		4.244	4.135
Obrigações fiscais correntes		1.591	448
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	9	-	56.459
Recursos não procurados	10	2.675	16.241
Outras obrigações diversas	14	19.375	23.713
Exigível a longo prazo		1.144	936
Provisões para riscos trabalhistas	15	510	194
Obrigações sociais e estatutárias		634	742
Patrimônio líquido		54.088	33.531
Capital social	16	30.000	30.000
Reserva de lucros		2.031	3.151
Ajustes de avaliação patrimonial		380	380
Lucros Acumulados		21.677	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		92.396	146.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		1.621	792
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.621	792
Outras receitas/despesas operacionais		31.502	33.585
Receitas de prestação de serviços	17	134.627	109.263
Despesas de pessoal	19	(10.794)	(10.613)
Outras despesas administrativas	18	(81.797)	(55.525)
Despesas tributárias		(15.411)	(12.520)
Outras receitas operacionais	20	6.862	4.455
Outras despesas operacionais	20	(1.985)	(1.475)
Resultado operacional		33.123	34.377
Resultado antes dos tributos		33.123	34.377
Tributos sobre o lucro	22.a	(11.446)	(11.714)
Imposto de renda corrente		(8.090)	(8.229)
Contribuição social corrente		(2.920)	(3.000)
Impostos diferidos		(436)	(485)
Lucro líquido do semestre		21.677	22.663
Quantidade de quotas do capital (em milhares)	16	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$		0.723	0.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido no semestre	21.677	22.663
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para resultado		
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Randonprev	-	-
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	21.677	22.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do semestre		21.677	22.663
Ajustes ao lucro líquido			
Depreciação e amortização	18	1.009	227
Provisão para pagamento de comissões	14	(370)	(582)
Provisão para pagamento de incentivo de vendas	14	2.366	(650)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	15 e 20	316	(15)
Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados	11 e 20	(1.379)	(650)
Provisão de participação nos resultados	18	2.746	1.941
Outras provisões operacionais		(937)	2.205
Custo dos ativos baixados		-	19
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	22.a	11.446	11.714
Lucro líquido ajustado		36.874	36.872
Variações nos ativos e passivos			
Títulos e valores mobiliários		2.285	(18.466)
Outros créditos		56.822	1.327
Outros valores e bens		16	(103)
Outros passivos		(80.171)	(1.580)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.670)	(10.607)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.156	7.443
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Variação em investimentos		(2)	-
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	13	(1.573)	(882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.575)	(882)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamento de dividendos	16	(1.120)	(6.584)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.120)	(6.584)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.461	(23)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	6	379	674
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6	3.840	651
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.461	(23)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	30.000	28.366	377	-	58.743
Lucro líquido do semestre	-	-	-	22.663	22.663
Saldos em 30 de junho de 2021	30.000	28.366	377	22.663	81.406
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	3.151	380	-	33.531
Lucro líquido do semestre	-	-	-	21.677	21.677
Distribuição de dividendos	-	(1.120)	-	-	(1.120)
Saldos em 30 de junho de 2022	30.000	2.031	380	21.677	54.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração consolidada dos recursos de consórcios em
30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		2.177.318	1.937.521
Caixa e equivalente a caixa		537	2.483
Aplicações financeiras	7	761.058	656.506
Outros créditos		1.415.723	1.278.532
Bens retomados ou devolvidos		7.854	8.059
Direitos junto a consorciados contemplados		1.407.505	1.270.473
Cheques e outros valores a receber		364	-
Compensação		16.425.051	14.860.113
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		100.986	90.509
Contribuições devidas ao grupo		8.317.326	7.528.458
Valor dos bens ou serviços a contemplar		8.006.739	7.241.146
Total do ativo e compensação		18.602.369	16.797.634
Passivo			
Circulante		2.177.318	1.937.521
Outras obrigações		2.177.318	1.937.521
Obrigações com consorciados		1.173.430	1.058.873
Valores a repassar		12.430	10.062
Obrigações por contemplações a entregar		670.783	605.515
Obrigações com a administradora		174	1.591
Recursos a devolver a consorciados		203.190	167.691
Recursos dos grupos		117.311	93.789
Compensação		16.425.051	14.860.113
Recursos mensais a receber de consorciados		100.986	90.509
Obrigações do grupo por contribuições		8.317.326	7.528.458
Bens ou serviços a contemplar		8.006.739	7.241.146
Total do passivo e compensação		18.602.369	16.797.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos
Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022 1º Semestre	2021 1º Semestre
Disponibilidades no início do semestre	658.990	461.050
Depósitos bancários	2.483	251
Cheques e outros valores a receber	-	1
Aplicações financeiras do grupo	51.000	45.353
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	605.507	415.445
(+) Recursos coletados	1.007.855	808.584
Contribuições para aquisição de bens	827.508	683.470
Taxa de administração	131.547	106.705
Contribuições ao fundo de reserva	8.897	7.937
Rendimentos de aplicações financeiras	28.666	4.592
Multas e juros moratórios	1.807	1.313
Prêmios de seguros	1.743	1.884
Custas judiciais	38	54
Outros	7.649	2.629
(-) Recursos utilizados	(904.886)	(689.088)
Aquisição de bens	(736.537)	(551.011)
Taxa de administração	(132.856)	(106.705)
Multas e juros moratórios	(905)	(657)
Prêmios de seguros	(1.760)	(1.883)
Custas judiciais	(168)	(92)
Devolução a consorciados desligados	(13.886)	(14.763)
Outros	(18.774)	(13.977)
Disponibilidades no final do semestre	761.959	580.546
Depósitos bancários	537	4.607
Cheques e outros valores a receber	364	-
Aplicações financeiras do grupo	90.275	35.757
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	670.783	540.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), sediada em Avenida Rubem Bento Alves, nº 1469, Bairro Interlagos em Caxias do Sul – RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio para aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. A Administradora é controlada diretamente pela Randon S.A Implementos e indiretamente pela Dramd Participações e Administração Ltda.

Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Corona vírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

A Administradora está mantendo todas as medidas necessárias para proteção dos seus funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas destacamos: a medição de temperatura de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administradora não identificou riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração entende que as demonstrações financeiras semestrais da Randon Administradora de Consórcios Ltda. não apresentam impactos relevantes no semestre findo em 30 de junho de 2022.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 16 de agosto de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Administradora

a) Apuração do resultado

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme artigo 8º, § 2º da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica “Outras despesas administrativas”. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

A Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, revogou dispositivos da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil que dispõe sobre o reconhecimento da receita. A Resolução BCB nº 120 no caput de seu artigo 2º, determina que as administradoras de consórcios observem o reconhecimento, a mensuração e evidenciação contábil das receitas, conforme dispõe: “Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016. A Administração avaliou os impactos desta resolução conforme descrito na Nota Explicativa 3.3.

Adicionalmente, através da Instrução Normativa BCB, nº 187, de 25 de novembro de 2021 revogou a Carta Circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995, que tratava o reconhecimento das despesas com comissões. A Administração avaliou o impacto desta revogação conforme descrito na Nota Explicativa 3.3.

b) Apresentação do balanço patrimonial

A segregação em circulante e não circulante no Balanço Patrimonial obedece aos requisitos expostos no art. 20 e 21 da Resolução BCB 2 de 02 de agosto de 2020.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa compreendem os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva contratação seja igual ou superior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias:

- Títulos para negociação – que não se enquadram como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre/exercício;
- Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadram como para negociação. São avaliados ao valor de mercado em contrapartida a conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado do semestre/exercício.

e) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Imobilizado de uso e intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e amortização acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

h) Redução ao valor recuperável

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários

A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados líquidos no ativo não circulante na rubrica de "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do semestre. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

l) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Administradora é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo Contribuição Definida e um Benefício Mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um Plano Misto.

O Plano de Previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo garantido.

A Administradora reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- (a) Os custos com o Plano de Pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- (b) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- (c) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano foram amortizados linearmente durante os primeiros 20 anos, que teve início em junho de 1994, não possuindo saldo remanescente de serviço anterior prestado pelos empregados em atividade;
- (d) Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício;
- (e) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o Plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Administradora, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

m) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Administradora incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota Explicativa nº 24). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício quando a Administradora tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

n) Lucro por quota

É obtido através da divisão do lucro líquido do semestre/exercício pelo número de quotas na data base das demonstrações financeiras.

o) Resultado não recorrente

São resultados de eventos não usuais e não relacionados com a atividade da Empresa ou, ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022, não foram identificados resultados não recorrentes.

3.2 Dos grupos de consórcio

a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos e títulos públicos pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço, e custo de aquisição acrescido da receita auferida até a data do balanço, que não difere do valor de mercado.

b) Direitos junto a consorciados contemplados

Representam as contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva de consorciados contemplados, atualizados com base no valor do bem vigente.

c) Obrigações com consorciados

Representam as contribuições de consorciados não contemplados para aquisição de bens, a título de fundo comum, e os valores recebidos cuja destinação não foi identificada, atualizados com base no valor do bem vigente.

d) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os compromissos pela entrega de bens a consorciados contemplados, acrescidos dos respectivos rendimentos financeiros.

e) Recursos a devolver a consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, devidamente atualizados.

f) Recursos dos grupos

Representam os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formado pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas à contemplação, multa, juros e outros valores retidos.

g) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de recebimento de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, deduzida da taxa de administração e dos prêmios de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

h) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos calculados com base no valor do bem vigente em 30 de junho de 2022.

i) **Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

j) **Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos**

(a) Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

(b) Recursos utilizados

Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

3.3 Novas normas e resoluções vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

a) Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021

A Resolução BCB nº 156 de 19 de outubro de 2021, dispõe sobre os critérios e procedimentos contábeis a serem observados, pelas Administradoras de Consórcios, na escrituração dos grupos de consórcios.

A norma entrou em vigor em janeiro de 2022, com isso os valores relativos a recursos não procurados, bem como aqueles correspondentes à aplicação destes recursos e os valores pendentes de recebimento de consorciados inadimplentes, que estavam registrados no ativo e passivo da Administradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram transferidos para as adequadas contas de compensação para o período de 30 de junho de 2022.

Os recursos dos grupos encerrados, registrados na compensação da Administradora em 30 de junho de 2022 apresentam a seguinte composição e saldo:

	30/06/2022	31/12/2021*
Valores pendentes de recebimento – cobrança judicial	34.745	37.234
Recursos não procurados	(15.609)	(16.241)
Recursos recebidos	(5.752)	(6.660)
Bens retomados	18.157	19.225
Valores aplicados pela Administradora – recursos de grupos encerrados	21.362	22.633
Total	52.903	56.191

* Valores apresentados para fins de comparação, em 2021 estavam registrados no ativo e passivo da Administradora.

b) Instrução Normativa BCB nº 187 de 25 de novembro de 2021

A Instrução Normativa BCB nº 187 revoga a carta-circular nº 2.598 de 27 de novembro de 1995 que orientava para o reconhecimento das despesas de comissões sobre vendas de consórcios diretamente no resultado, não devendo ser diferidas.

Em decorrência desta revogação as despesas passam a ser avaliadas quanto a características de custos incrementais.

c) Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021

A Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021, dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcios. Esta resolução orienta para que as Administradoras de Consórcios observem o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

A Administração avaliou os impactos da aplicação do CPC 47 e suas diversas variáveis, e considerando a ausência de consenso entre as Administradoras de Consórcios, Associações e BACEN, além de dúvidas e complexidade nas questões relacionadas a adequação de sistemas e software utilizados, a Administração optou por não realizar os ajustes necessários a aplicação da Resolução BCB nº 120 no semestre findo em 30 de junho de 2022.

Com a revogação da Carta Circular nº 2.598, os custos incrementais, que passam poder ser diferidos pela aplicação do CPC 47, também foram mensurados e não foram reconhecidos.

Os impactos avaliados para 30 de junho de 2022 são de R\$ (31.266) na Receita de prestação de serviços, R\$ 28.331 nas outras despesas administrativas, R\$ 2.935 no Lucro Líquido do semestre, R\$ 73.676 no ativo e R\$ 76.611 no passivo.

A Administração avaliou ainda os impactos nos indicadores de limites de alavancagem e imobilização, para ambos, caso a Administração tivesse optado em registrar os ajustes citados, os mesmos, continuariam dentro dos limites estabelecidos.

A Administração continuará o acompanhando a evolução do assunto do decorrer do próximo semestre.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Provisões para comissão

A provisão de comissão com vendas é reconhecida no momento em que ocorre a realização dos valores, e também onde temos a evidência e a confiabilidade de que a mesma irá se realizar efetivamente. O consorciado, por ser um investidor, e não um devedor, poderá efetuar diversas negociações, como; deixar de efetuar os pagamentos e ter sua cota cancelada, aditamentos, repactuações, e nestes casos o cliente fica adimplente, porém a parcela não é paga, realizar trocas de faixa para um crédito de maior ou menor valor, casos em que o valor da comissão altera, desistir da cota, entre outros. A Administração avaliou os impactos da revogação da Carta Circular 2.598 conforme descrito na Nota Explicativa 3.3.

c) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

d) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Administradora reconhece provisão para causas trabalhistas, cíveis e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Resumo das operações de consórcios

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em:

	30/06/2022	31/12/2021
Grupos administrados	133	129
Consociados ativos	75.543	73.462
Consociados desistentes/excluídos no semestre	2.988	4.516
Consociados desistentes/excluídos total	36.966	36.047
Bens pendentes de entrega	7.569	6.286
Bens entregues no semestre	3.909	6.610
Bens entregues total	30.189	30.559
Taxa de inadimplência	4,15%	4,16%

6. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa estão representados por:

	30/06/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.840	379
Total	3.840	379

7. Aplicações financeiras – Grupos de consórcios

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os grupos de consórcios possuem aplicações interfinanceiras de liquidez, podendo ser resgatados em qualquer tempo, e estando registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, apresentados como segue:

	30/06/2022				31/12/2021			
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil	Marcação a mercado
Grupos de consórcios								
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	60.607	148.291	30.658	239.556	239.556	274.704	274.704
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	45.721	39.414	-	85.135	85.135	-	-
Fundos de investimento	436.367	-	-	-	436.367	436.367	381.802	381.802
Total	436.367	106.328	187.705	30.658	761.058	761.058	656.506	656.506

8. Títulos e valores mobiliários - Administradora

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Administradora possui somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

	30/06/2022				31/12/2021			
	Sem vencimento	A vencer até 3 meses	A vencer entre 3 e 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Títulos para negociação								
Fundos de investimento (ii)	-	-	-	-	-	-	6.195	6.195
Certificado de depósito bancário (CDB Pós-fixado)	-	1.815	3.559	32.153	37.527	37.527	19.849	19.849
Letra Financeira do Tesouro (LFT) (ii)	-	530	2.142	-	2.672	2.672	16.439	16.439
Total	-	2.345	5.701	32.153	40.199	40.199	42.483	42.483

(i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. O valor de mercado dos títulos públicos federais foram obtidos através de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

(ii) Variação em decorrência da reclassificação conforme Resolução BCB 156, detalhado na Nota Explicativa nº 3.3.

9. Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.

Conforme orienta a Resolução BCB 156, estes recursos foram transferidos para as respectivas contas de compensação detalhado na Nota Explicativa nº 3.3.

O valor de recursos pendentes de recebimento em 30 de junho de 2022 é de R\$ 52.902 em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 56.459.

10. Recursos não procurados - Administradora

Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI. O valor de recursos não procurados em 30 de junho de 2022 é de R\$ 2.675 (R\$ 16.241 em 31 de dezembro de 2021), variação do saldo em função da transferência dos recursos dos grupos encerrados conforme Nota Explicativa 3.3, que em 30 de junho de 2022 totalizam R\$ 15.609.

As comunicações aos consorciados são realizadas conforme estabelecido na Lei nº 11.795/088 e na Circular nº 3.432/09. Também em consonância com a Circular nº 3.432/09, os recursos não procurados são divulgados no sítio eletrônico da administradora na internet, com acesso pela sua página inicial e com orientações sobre os procedimentos que devem ser adotados para que o beneficiário possa recebê-los.

11. Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

A conta outros créditos - diversos possui a seguinte composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Empréstimos a grupos encerrados	26.342	28.384
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (*)	(24.362)	(25.741)
Devedores diversos	1.603	554
Adiantamento e antecipações salariais	505	272
Impostos a compensar	451	642
Depósitos judiciais (Nota 15)	59	383
Total	4.598	4.494
 Circulante	 2.559	 1.468
 Realizável a longo prazo	 2.039	 3.026

(*) Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.a, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política, onde, ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

Movimentação da provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(25.741)	(26.147)
Constituição de provisão	(1.015)	(2.319)
Reversão de provisão	2.394	2.725
Saldo final	(24.362)	(25.741)

12. Pagamentos a ressarcir - Administradora

Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	30/06/2022	31/12/2021
Bens imóveis	12.880	12.103
Bens móveis	4.638	4.542
Total	17.518	16.645

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

13. Imobilizado de uso e intangível - Administradora

O imobilizado de uso e intangível da Administradora possuem a seguinte composição:

	31/12/2021			30/06/2022			Vida útil média	% ano
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	546	(86)	460	546	(114)	432	10 anos	10
Móveis e utensílios	1.678	(379)	1.299	1.678	(455)	1.223	10 anos	10
Computadores e periféricos	1.440	(882)	558	1.536	(980)	556	5 anos	20
Veículos	52	(52)	-	52	(52)	-	5 anos	20
Imobilizado de uso	3.716	(1.399)	2.317	3.812	(1.601)	2.211		
Sistemas de processamento de dados	11.984	(5.517)	6.467	13.917	(6.324)	7.593	4 anos	25
Software em desenvolvimento	456	-	456	-	-	-	4 anos	25
Intangível	12.440	(5.517)	6.923	13.917	(6.324)	7.593		

14. Outras obrigações diversas - Administradora

A conta outras obrigações diversas possui a seguinte composição:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo remanescente de grupos a pagar (*)	-	6.660
Provisões para pagamento de comissões	11.063	11.433
Provisão programa de incentivo de vendas	6.830	4.464
Outros débitos	1.482	1.156
Total	19.375	23.713

(*) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para respectivas contas de compensação conforme detalhado na Nota Explicativa 3.3.

Movimentação da provisão para pagamento de comissões

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	11.433	5.860
Constituição de provisão	43.188	61.059
Reversão de provisão	(43.558)	(55.486)
Saldo final	11.063	11.433

Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	4.464	5.240
Constituição de provisão	4.325	5.348
Reversão de provisão	(1.959)	(6.124)
Saldo final	6.830	4.464

15. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

a) Administradora

A Administradora é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e

tributárias.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para riscos cíveis e trabalhistas para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

A Administradora possui os seguintes montantes de ações judiciais classificadas como de perda provável e possível, com valores atualizados até 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Natureza	Provável		Possível		Depósito Judicial (Nota 10)	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Trabalhista	510	194	3.065	-	59	383
Cível	-	-	-	-	-	-
Tributário	-	-	230	226	-	-
Total	510	194	3.295	226	59	383

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	194	275
Adições	439	-
Baixa/reversão	(123)	(81)
Saldo final	510	194

b) Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados referente a processos de polo passivo, referente a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes destes processos são cobertos pelos recursos destes grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável envolvendo cotistas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2022 é de R\$ 227 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2021), e com probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2022 é de R\$ 22.029 (R\$ 19.951 em 31 de dezembro de 2021).

16. Patrimônio líquido - Administradora

Capital social

O capital social é de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Destinação do lucro

Ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

No dia 19 de janeiro de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 6.584, correspondente a 20% do resultado de 2020, o valor foi integralmente registrado em dezembro de 2020 e o pagamento ocorreu em 25 de fevereiro de 2021.

Em 13 de agosto de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 26.335 com pagamento até 31 de agosto de 2021, correspondentes ao resultado de 2020.

Em reunião de quotistas ocorrida em 15 de dezembro de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 37.000 relativos aos lucros do exercício de 2021, pagos antecipadamente em 20 de dezembro de 2021.

No dia 12 de abril de 2022, em reunião de quotistas, foi aprovada a distribuição de dividendos do valor de R\$ 1.120 referente ao exercício de 2021, pagos no dia 20 de maio de 2022.

17. Receitas de prestação de serviços - Administradora

Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,25% (14,11% em junho de 2021) sobre o valor da referida contribuição. O valor das receitas de prestação de serviços no semestre totalizou R\$ 134.627 (R\$ 109.263 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

18. Outras despesas administrativas - Administradora

	30/06/2022	30/06/2021
Comissões sobre vendas	52.682	39.754
Serviços de terceiros	7.240	5.565
Promoções de vendas	8.576	1.994
Propaganda e publicidade	2.256	1.741
Perdas com empréstimos a grupos	2.367	1.603
Manutenção e conservação de bens	2.755	1.228
Viagens	312	62
Despesas com comunicação	193	248
Depreciação e amortização	1.009	227
Despesas de aluguéis	304	285
Participação nos resultados	2.746	1.941
Outras	1.358	877
Total	81.797	55.525

19. Despesas com pessoal - Administradora

A conta despesa com pessoal possui a seguinte composição:

	30/06/2022	30/06/2021
Custo com pessoal e honorários	7.772	7.668
Custos de encargos sociais e proventos	2.769	2.607
Custos relacionados a aposentadoria	140	115
Benefícios concedidos	113	222
Total	10.794	10.613

20. Outras receitas e despesas operacionais - Administradora

As contas de outras despesas e receitas operacionais possuem a seguinte composição:

	30/06/2022	30/06/2021
Reversão provisão perda empréstimos a grupos	2.394	1.730
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	2.305	1.093
Multas e juros recebidos	991	725
Variações monetárias	761	627
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	123	15
Outras receitas operacionais	288	265
Total de outras receitas operacionais	6.862	4.455
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(1.015)	(1.080)
Despesa com processos judiciais	(395)	(312)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(439)	-
Outras despesas eventuais	(136)	(83)
Total de outras despesas operacionais	(1.985)	(1.475)

21. Transações com partes relacionadas - Administradora

As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação todos devidamente suportados contratos entre as partes.

	Ativo Aplicações e outros créditos		Passivo Contas a pagar		Resultado (Receitas)Despesas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Randon S.A. Implementos e Participações	700	4	313	-	2.749	2.344
Conexo Serviços Digitais Ltda.	-	-	7	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	7	6
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	5	4
Banco Randon S.A.	32.371	14.052	-	12	(1.186)	(1.164)
	33.071	14.056	320	12	1.575	1.190

A Randon S.A. Implementos e Participações (controladora) não possui investimentos em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 206 (R\$ 193 no semestre findo em 30 de junho de 2021) e referente a benefícios de curto prazo

(remuneração) e de R\$ 29 (R\$ 27 no semestre findo em 30 de junho de 2021) referente a benefícios de longo prazo (plano de previdência).

No semestre corrente a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

22. Imposto de renda e contribuição social - Administradora

a) Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	33.124	34.377
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente	(11.262)	(11.688)
Adições permanentes	(452)	(264)
Exclusões permanentes	253	226
Outros ajustes	15	12
Total	(11.446)	(11.714)
IRPJ e CSLL correntes	(11.010)	(11.229)
IRPJ e CSLL diferidos	(436)	(485)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(11.446)	(11.714)

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos e previsão de realização dos créditos tributários

Créditos tributários	31/12/2021	Constituições	Reversões	30/06/2022
Provisão para perdas de empréstimos a grupos	8.752	345	(814)	8.283
Provisão para comissões	3.887	15.032	(15.158)	3.762
Provisão para riscos trabalhistas	66	107	-	173
Provisão para participação nos resultados	1.963	1.154	(1.893)	1.223
Outros	1.558	2.193	(1.403)	2.348
	16.226	18.831	(19.268)	15.789

Créditos tributários	31/12/2020	Constituições	Reversões	31/12/2021
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.890	849	(987)	8.752
Provisão para comissões	1.992	24.079	(22.184)	3.887
Provisão para riscos trabalhistas	94	12	(40)	66
Provisão para participação nos resultados	1.688	2.027	(1.752)	1.963
Outros	1.687	2.233	(2.362)	1.558
	14.351	29.200	(27.325)	16.226

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Resolução BCB nº 15 do Banco Central do Brasil, a Administradora estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de realização	30/06/2022	31/12/2021
2022	7.346	8.616
2023	2.232	1.288
2024	1.354	1.408
2025	1.314	1.365
2026	3.543	3.549
Créditos tributários líquidos	15.789	16.226

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

O valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando o custo de capital Administradora, é de R\$ 12.595 em 30 de junho de 2022 (R\$ 13.048 em 31 de dezembro de 2021), com uma taxa média de 10,17% a.a. (10,17% em 31 de dezembro de 2021) com base nas projeções definidas pela Administração.

23. Limite de alavancagem - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o limite de alavancagem das administradoras de consórcios é de 6 (seis) vezes o valor de seu Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2022 a Administradora apresenta um limite de alavancagem de 2,39 (3,28 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração avaliou os impactos no limite de alavancagem e caso a Administração tivesse optado em registrar os ajustes citados na NE 3.3, continuaria atendendo os limites de alavancagem estabelecidos.

24. Limite de imobilização - Administradora

Nos termos da Circular nº 3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 30 de junho de 2022 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 18,15% (27,59 % em 31 de dezembro de 2021).

A Administração avaliou os impactos no limite de imobilização e caso a Administração tivesse optado em registrar os ajustes citados na NE 3.3, continuaria atendendo os limites de imobilização estabelecidos.

25. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Administradora

A Administradora é patrocinadora da RANDONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2022, em relação àquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2021.

As contribuições efetuadas no semestre totalizaram R\$ 140 (R\$ 115 no semestre findo em 30 de junho de 2021.) O montante das contribuições à Randonprev em 30 de junho de 2022 é de R\$ 60 (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2021), registrado na rubrica de "Outras Obrigações fiscais e previdenciárias".

26. Gestão do capital

O gerenciamento do capital compreende o monitoramento e controle do capital, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual a instituição está sujeita.

A estrutura e o gerenciamento do capital são realizados pela instituição líder do Conglomerado Prudencial Randon, considerando os dados financeiros consolidados e os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor: Augusto Giongo Letti

Contadora
Dionéia Canal
CRC-RS 61.981/0-3